

Da Teoria do Conhecimento à Metodologia Científica: dilemas contemporâneos da pesquisa social

João Wilson Savino Carvalho¹

Resumo

A natureza do presente trabalho é basicamente filosófica e pretende discutir a problemática da Metodologia a partir da importância atribuída à ciência no mundo contemporâneo, para daí problematizar a tendência, hoje dominante, de conceber a metodologia na perspectiva da superespecialização, como mera aplicação de tecnologia científica, reduzindo-a a seus aspectos puramente técnicos. Busca-se, aqui, contrapor a essa tendência uma outra, que visualiza a metodologia em uma vertente filosófica e outra científica, indicando a hermenêutica-dialética como caminho privilegiado para a pesquisa social.

Palavras-chave: Teoria do Conhecimento; Metodologia; Pesquisa Social; Hermenêutica-dialética.

Abstract

The nature of this work is, basically, of philosophical order, arguing the issue of the methodology from the importance attributed to the science in the contemporaneous world, intends to problematize the trend, today dominant, of tying the methodological with the use of technologies into the super-specialization scene. One searches, here, to oppose to this trend one another one, that to observe the methodology between the philosophy and technique to suggest the hermeneutics-dialectic methodology as the way for the social research.

Key-words: Theory of Knowledge, Methodology, Social Research; Hermeneutic-dialectic.

“Pesquisar é um processo simultâneo de desencantamento e encantamento do mundo físico e social” Solange Jobin e Souza. UERJ.

Introdução

A Filosofia é, antes de tudo, metafísica, porquanto sua questão fundamental é a do sentido do ser, mas talvez seja, antes que Metafísica, uma Teoria do Conhecimento, uma Epistemologia e Metodologia, porque qualquer questão filosófica implica necessariamente na abordagem concomitante (ou até prévia) do problema da verdade, conseqüentemente, na análise do conhecimento, da ciência e do método na perspectiva do sentido último (ou primeiro).

¹Professor de Filosofia Geral na UNIFAP. Mestre em Filosofia da Educação (FGV-RJ). wilsoncarvalho@unifap.br

E quando observamos o imbricamento político do mundo do conhecimento científico, da ciência pretensamente neutra e das metodologias como comprometimentos ideológicos estabelecidos em paradigmas conflitantes, é forçoso concluir que a Filosofia é, também, antes de tudo, uma Ética, uma Filosofia Política, uma Filosofia da Educação, do Direito, da Religião, da Arte...

Isso porque, da religião à arte, a questão do sentido assoma fundamental. Veja-se, por exemplo, a literatura, onde, da ficção “*O Guia do Mochileiro das Galáxias*” à poesia de Florbela Espanca, aparece sempre recorrente a questão (metafísica) da origem e da finalidade de tudo o que existe no mundo, questão permanente porque própria do processo de hominização. E o mesmo transparece no esforço científico, quando vemos toda a concentração de recursos e tecnologia (e riscos também) na busca da descoberta da partícula *de Deus*. Eis que, dos dilemas da física quanto à indeterminação das partículas aos problemas do código genético e da intrigante questão do acaso e da necessidade na composição da vida, a questão fundamental do conhecimento é a mesma do sentido do ser.

O fato é que, em toda forma de interpretação da realidade que o homem produziu ao longo de sua história, vemos o conhecimento como dilema representado pelo abismo que é correlação entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível, entre a mente e as coisas, o que nos leva a refletir se ser e saber não serão aspectos do mesmo problema.

Não é por outra razão que a Filosofia é uma só. Suas disciplinas são meros focos de estudo, jamais divisões estanques. Metafísica, Teoria do Conhecimento, Ética são apenas focos, perspectivas pelas quais se estuda o todo, já que saber é uma questão de método, e método implica em uma concepção de mundo, onde não se pode olvidar a ideologia, e, portanto, a neutralidade científica, tanto quanto uma questão epistemológica, é uma questão política, ou mesmo ética... Daí porque a Metodologia continua sendo, mesmo na era da superespecialização, um dos estudos de Filosofia, muito afim à Teoria do Conhecimento, à Lógica e à Epistemologia, a despeito do recente desenvolvimento independente desses três ramos do conhecimento filosófico.

É o que trataremos neste artigo, que, aliás, estará mais para ensaio do que para tese, mais para aprendizado do que para ensino, mais para compreensão do que para demonstração, enfim, mais para Filosofia.

Filosofia, a Ideologia e a Metodologia.

A Filosofia, pela etimologia, é amor ao conhecimento, e como amor, seu único

compromisso pré-determinado é com o objeto amado. A Metodologia, já na etimologia da palavra, formada dos vocábulos gregos *meta* e *odos*, resultando *caminho para*, se apresenta sua natureza ideológica, com a simples eleição do método predeterminando resultados. Exatamente por isso é impraticável, em se tratando de metodologia, a separação absoluta entre Filosofia e ciência-técnica do método (ou dos métodos).

Entretanto, essa natureza ambígua da metodologia, com um pé na Filosofia (Teoria do Conhecimento) e outro na técnica rigorosa e sistemática da captação de dados da forma mais objetiva e eficaz não chega a ser uma desvantagem, e muito pelo contrário. Se o pesquisador compreende essa natureza ambígua, torna-se capaz de impor ao seu projeto de pesquisa e à sua execução, uma coerência interna extremamente vantajosa e uma consistência externa tão valiosa quanto a própria avaliação de *verdade científica* para seus resultados. Temos aqui um aparente conflito com o recente e debaldado esforço científico de constituição de uma metodologia que, superando o finalismo da filosofia e o imobilismo do conhecimento empírico comum, se firme como politicamente neutra e livre da ideologia.

O problema é que a ideologia não é apenas a doutrina e sua imposição sub-reptícia a toda uma sociedade. É bem pior, é uma *fôrma*² (modeladora) do pensamento, não só coletivo mas também do individual e até do mais íntimo da consciência humana. É a *proto* forma do imaginário, não apenas do cidadão comum em uma sociedade, mas também da própria sociedade, e por via de conseqüência, do cientista e do filósofo, ainda que estes sejam profissionais do pensar sistemático que têm no método a na crítica a sua própria definição.

A própria linguagem impõe a ideologia. As palavras carregam ideologia (BAKETIN, 1981). Quando eu pronuncio qualquer palavra do nosso vernáculo, manifesto um signo (verbal) polissêmico, pertencente a toda uma tradição ontológica, já expresso um conteúdo de história, preconceito, imaginário, que precisaria todo um livro para depurar (se é que isso é possível).

Filosofia e ideologia então estarão sempre juntas, tanto quanto se atraem o saber e o poder. Afinal, quem garante que o homem não começou a buscar obsessivamente o conhecimento quando intuiu que ele podia representar a chave do domínio sobre a natureza e sobre os outros homens? Mas preferimos pensar, com os gregos e a corrente majoritária dos pensadores ocidentais, que a origem da filosofia está no *maravilhamento*, na situação de espanto e estranhamento que o homem tem ante a complexidade da natureza (inclusive a sua

²Aqui escrito com circunflexo, numa grafia não mais usada, apenas para distinguir de *forma*, com som aberto.

própria), que o impulsiona a pensar e a refletir sobre o sentido de tudo o que existe.

Pronto! Já estamos tratando de Metafísica. E sem querer. De fato, não é o foco de nosso trabalho, questionar sobre o sentido de tudo o que existe, ou o ser. Mas é essa parte da Filosofia, que trata da essência, substância, fundamento último do ser (dita mais tecnicamente: *ontologia*) que nos leva ao segundo (mas talvez o maior) problema da filosofia.

A Teoria do Conhecimento, a Epistemologia e a Metodologia.

Encantados com a complexidade da realidade que nos cerca, e que se revela minimamente a nossa consciência, quedamos desesperados quando compreendemos que não temos o básico em nossa tão importante relação com o mundo: não temos qualquer segurança com relação ao conhecimento das coisas. Não temos qualquer firmeza quanto *a verdade* do conhecimento. Não temos meios indiscutíveis de superar o imenso abismo que existe entre a consciência que conhece e as coisas que estão sendo alvo do processo de apreensão pela consciência (estão sendo “*conhecidas*”). Temos imagens, representações, conceitos que não sabemos se correspondem às coisas que representamos em nossa consciência (mente). Temos alguns meios de nos aproximar da verdade nessa relação consciência – mundo, como a *lógica* e a *experimentação*, muito limitadas, por sinal. E se definimos conhecimento como toda relação que se estabelece entre a consciência e as coisas do mundo (e a relação entre elas conforme a consciência as capta – os *fenômenos*), mediada por imagens, representações e conceitos, podemos aceitar que existem tipos de conhecimento, que se relacionam de diferentes modos com a verdade.

E assim, como meio de delinear nosso rumo em direção à teoria da ciência e da metodologia científica, tentaremos estabelecer uma linha divisória em relação aos tipos de conhecimento, tal como fez Platão, há vinte e cinco séculos, chamando de *epistêmicos* os conhecimentos considerados certos (*Ciência*), em oposição à mera opinião, o saber não fundamentado (*doxa*).

De fato, não trataremos do conhecimento teológico-religioso, porque este tem como fonte a *revelação*, e seu critério de verdade é a *fé*. Não se põe em relação a ele a questão da verdade como se põe para a ciência, onde a verdade é perseguida em um processo discursivo. O conhecimento religioso é previamente definido como verdadeiro para quem tem fé. Morre aí a possibilidade de verdadeira teoria do conhecimento em relação a esse tipo de conhecimento, e a metodologia para a sua obtenção se reduz a mera sistemática de análise da confiabilidade histórica de sua fonte.

Também para o conhecimento comum, empírico ou vulgar, aquele que é construído com o tempo, a experiência cotidiana, e que tem como critérios de verdade o *sendo comum* e o *bom senso*³, não são colocadas pela própria estrutura do conhecimento, as questões metodológicas, pelo simples fato de que não há, a rigor, um método em seu processo de obtenção. Sabemos que o maracujá tem um efeito calmante, ou que a erva-cidreira tem efeito na cólica intestinal dos bebês, ou mesmo, que é bem provável que, levando uma pessoa comum a um ponto extremo de frustração, arrisco-me a tomar um soco no nariz. Utilizamos cotidianamente esses conhecimentos empíricos verificamos os seus resultados positivos. Esses conhecimentos *podem* ser transformados em conhecimento científico, entretanto, não o são enquanto não aparecem os requisitos fundamentais, que são justamente o *método*, a *sistematização* e a *generalização*. Para esse terceiro tipo, o conhecimento científico, poderíamos acrescentar ainda a apresentação em uma *linguagem objetiva* e o fato de ser *cumulativo*. Entretanto, a objetividade é a própria faina do pensamento filosófico-metodológico ao longo da história do ocidente, e a cumulatividade, principalmente para a filosofia, é bastante discutível. Não situamos aqui a *previsibilidade* e o *controle* como traços fundamentais do conhecimento científico, apesar de inerentes ao trabalho dos cientistas, porquanto ocorrem como consequência (não necessária) dos requisitos fundamentais.

Teríamos, por fim, a arte como forma de interpretação da realidade, portanto, conhecimento. De fato, em dois sentidos a arte é conhecimento. O primeiro, de que o artista é capaz de ter uma intuição da essência ou da estrutura de uma realidade dada, e expressa-la em uma obra que pode se mostrar até mais eficaz na representação da realidade do que um texto científico. Veja-se, por exemplo, uma peça teatral, superando, com vantagem, um demorado discurso sociológico. Num segundo sentido também a arte é conhecimento, o que aparece embutido na palavra *artífice*. Até onde a interpretação da lei na exata medida do justo não é uma arte? Até onde é possível a expansão em determinadas áreas do conhecimento científico, como, por exemplo, a cirurgia plástica, sem a intervenção da sensibilidade e do talento, pressupostos da arte. E eis aqui o problema: a forma de expressão da arte é pela sensibilidade, e seu fundamento é o talento do artista. E por isso que, quanto à arte, não podemos falar de método de pesquisa, no sentido estrito do que queremos determinar neste trabalho.

Assim, distinto do senso comum, do bom senso, da verdade revelada da religião,

³*Senso comum* é a opinião generalizada, socialmente aceita, e o *bom senso* é a opinião sensata, sejam elas verdadeiras ou não, comprovadas ou não pela vida.

da interpretação artística, temos os conhecimentos filosófico e científico, que se caracterizam fundamentalmente pela possibilidade da dúvida. Ambiciosos, esses conhecimentos tentam dar conta da realidade, sistematizados em teorias, escudados em métodos e na pretensão da busca rigorosa da verdade. Para eles se põe fundamental a questão básica da Teoria do Conhecimento: a da verdade do conhecimento, ou, dito de outra forma, a questão da correspondência entre as coisas do mundo e da vida e sua representação na consciência na forma de imagens, conceitos, relações, etc. Enfim, uma questão que tem relação existencial com a humanidade.

De fato, os aviões voam, os remédios curam, as terapêuticas psicológicas minimizam as neuroses, nossas leis diminuem os conflitos viabilizando a composição dos litígios... De fato, não podemos duvidar que a valorização da ciência, a pesquisa metódica e a aplicação da técnica derivada da visão científica de mundo realmente mudaram a vida do homem, embora em algumas áreas do conhecimento a ciência tenha sido mais bem sucedida que em outras. E ainda que nas ciências sociais o sucesso não tenha sido na mesma proporção, não se pode negar a importância assumida pela ciência no mundo contemporâneo.

Não é difícil ver porque a ciência e o conhecimento científico se tornaram o centro da vida contemporânea, substituindo o papel da religião na homogeneização das opiniões. Onde está a verdade? Na ciência, resposta uníssona. Apesar de Freud, Nietzsche e Darwin⁴, o homem comum de hoje apresenta na ciência contemporânea a fé que o medieval tinha na religião cristã, sentindo-se inteiramente desamparado quando surge uma doença que resiste a todos os avanços científicos, ou na recidiva de comportamentos irracionais nas sociedades mais racionalmente organizadas, como a violência patológica nas escolas americanas, ou até, na súbita descoberta que o modelo econômico cientificamente comprovado na prática resulta na mesma desigualdade social de sempre.

É por isso que, se a desconfiança com a razão instrumental e a busca da retomada da razão crítica marca o pensamento filosófico chamado de contemporâneo, no cotidiano da vida hodierna é a ciência que assume papel social preponderante, independente e imune aos percalços da concepção de lógica e razão que lhe deu causa. A ciência, em determinados meios e para determinados grupos sociais, chega a ser um valor por si.

A Filosofia é uma só, embora feita em variadas iniciativas, que podem seguir

⁴ Três estraga prazeres da humanidade: o primeiro nos mostrou o poço sem fundo do inconsciente, o segundo nos definiu como vontade de poder, e o terceiro nos mostrou como um mero macaco evoluído.

linhas de pensamento estabelecidas a partir de alguns pontos e aspectos comuns aos pensadores que seguem ou fazem parte do que se chama corrente de pensamento ou linha filosófica (ou simplesmente filosofia). E um dos aspectos fundamentais para definir uma filosofia é o posicionamento geral dessa linha quanto ao papel social da ciência e do conhecimento científico no mundo.

Esse é o tema específico de um estudo filosófico que vem adquirindo importância fundamental concomitantemente com a ascensão social da ciência na contemporaneidade, denominado Filosofia da Ciência ou, mais tecnicamente, Epistemologia. Trata-se de um estudo reflexivo-crítico que se destina a atacar dois problemas básicos: 1) o papel social da ciência; 2) os critérios e requisitos que fazem um conhecimento alçar ao status de conhecimento *científico*. É comum que os pensadores tenham preferência pelo termo Filosofia da Ciência para classificar um trabalho de pesquisa que se dedica a esclarecer o papel social da ciência, até porque esse estudo apresenta-se, por vezes, como verdadeiro tribunal da tríade ciência-técnica-tecnologia, abordando os problemas políticos, sociais e ambientais criados a partir do desenvolvimento da ciência e as expectativas da humanidade em relação a ela, em uma abordagem indiscutivelmente reflexiva e crítica.

O termo Epistemologia recebe preferência para classificação quando o estudo dedica-se preponderantemente a identificar o que faz de um estudo o tipo de conhecimento que denominamos científico, ou o que distingue o que chamamos de ciência da não-ciência.

Na verdade uma distinção inútil e inócua. Os estudos filosóficos sobre a ciência e o conhecimento científico são, nesses dois aspectos indivisíveis, de Platão à Kuhn, uma única e mesma coisa. É impraticável emitir parecer sobre a cientificidade de determinado discurso ou estudo sem opinar sobre o seu sentido. Afinal, é por isso que ainda se estuda o problema da ciência e da cientificidade sob o manto da Filosofia: apenas os problemas do ser, do conhecimento e dos valores não podem ser abordados por outra perspectiva senão a abrangente, e por isso inseparáveis os estudos sobre a cientificidade e sobre a finalidade da ciência no mundo, ambos unidos pela questão do fundamento.

De fato, se a Epistemologia é Teoria do Conhecimento e, conseqüentemente, Filosofia, em última análise, trata do problema filosófico básico *da verdade*. Então teremos tantas possibilidades de Epistemologias quantas forem as respostas (sistemáticas e metódicas) possíveis ao *problema da verdade*.

Desde o célebre Problema de Eubúlides⁵ que sabemos as limitações da lógica no estabelecimento da veracidade das proposições, e dos pensadores medievais a Kant caminhamos de decepção em decepção no sonho de domínio da possibilidade de alcance da verdade, e ao longo dessa história, contentamo-nos com o estabelecimento de *critérios de verdade*. E é através desses critérios que temos apresentado diferentes respostas à questão da verdade⁶.

Platão, por exemplo, nunca afirmou que a ciência fosse identificada como *verdade*, muito pelo contrário, viu nas idéias puras a possibilidade de alcançar a verdade. Aristóteles e os tomistas também não vão muito longe ao afirmar que é a identificação entre a coisa e a representação. Descartes com seu cogito também não vai muito além do processo dedutivo. Para o relativismo dos pensadores pragmatistas, temos a verdade de uma proposição determinada pelo resultado de sua aplicação (esse um critério interessante, porém muito limitado). Para os pensadores analíticos, a verdade de uma proposição pode ser estabelecida pela coerência com proposições já firmadas como verdadeira (mas, então, quando teremos conhecimento novo?). Para os pensadores dialéticos, o critério de verdade é a *práxis*.

Repassando rapidamente as grandes contribuições da Epistemologia, vemos, em função disso, três grandes eixos de concepção de ciência: as linhas epistemológicas técnicas, que vêm na Epistemologia um estudo voltado para a construção dos critérios de cientificidade e da pureza científica, e de outro as linhas epistemológicas críticas, ora com ênfase no aspecto dialético da ciência, tendo como critério a *práxis*, ora no papel artesanal de desvelamento da realidade.

Enfim, temos hoje três grandes paradigmas de interpretação da realidade, resultantes de três grandes correntes do pensamento ocidental e que, como não poderia deixar de ser, implicam em três grandes linhas de pensamento político.

Uma delas é a formidável corrente geral do positivismo, que parece representar todo o anseio humano de rigor, racionalidade instrumental e eficácia, envolvendo o chamado positivismo clássico do século XIX, de inspiração experimentalista e modelo de ciência na física newtoniana, e que recebe novo alento no século XX com o neopositivismo, de inspiração lógica e que tem como modelo a física einsteniana, assim como todas as projeções desse pensamento nas ciências, como o behaviorismo na psicologia, a pedagogia tecnicista, o

⁵Paradoxo de Eubúlides, Séc. IV aC: o que estou dizendo agora é mentira. Se verdadeira é falsa. Se falsa...

⁶Respostas à questão epistemológica *o que é verdadeiro*, e não à questão metafísica *o que é a verdade*.

positivismo jurídico, a sociologia funcionalista, etc.

Nessa linha o método básico é o experimental, e as ciências são uma só, separadas apenas pelas possibilidades de rigor demonstrativo quanto ao objeto, e as teorias são conjuntos de leis e fatos científicos unificadas por um princípio básico comum, do qual tudo decorre. Como consequência, a realidade é atomizada para permitir a compreensão e imobilizada em um instante estático, na medida do que isso é possível. O resultado é uma metodologia que pode se orgulhar de não trabalhar com postulados não demonstráveis, mas que, em compensação, acaba impossibilitada de abordar metodicamente todos os aspectos da realidade onde a demonstração empírico-analítica se apresenta impraticável. E isso inclui grande parte do objeto da pesquisa social.

Outra grande corrente geral de interpretação da realidade é a dialética. Nela também há rejeição à metafísica, mas principalmente à metafísica idealista porque reduzindo a realidade concreta e material à subjetividade da consciência cognoscente, reduz a zero as possibilidade de atuação do sujeito sobre a realidade social, resultando na filosofia abstrata e na ciência inútil e desconectada da realidade. Daí porque a Dialética visa alcançar a dinâmica histórica do real, do objeto em todos os seus aspectos, em seu contínuo movimento, explicável pelas leis da dialética jamais em uma visão estática e unilateral. Numa metodologia assim, incabível se apresenta a concepção de ciência neutra e apolítica, muito pelo contrário, o método dialético, em sua feição técnica mesmo, sempre conclui pelo posicionamento claro do pesquisador, esclarecendo as intenções, conscientes ou não, implícitas ou não, que, no caso da pesquisa social, serão sempre parte do objeto de estudo (porque histórico).

Uma outra grande corrente, ainda multifacetada e heterogênea, comendo variadas vertentes do pensamento filosófico é a dos métodos compreensivos (porque almejam uma compreensão interna do objeto), onde se destacam principalmente o método fenomenológico e o etnográfico. Nessa visão de mundo, principalmente na concepção da fenomenologia, são privilegiados conceitos mais humanizados, como intencionalidade do sujeito na apreensão do objeto, vivência, e redução à essência; e concepções mais aplicáveis ao objeto social-histórico, como a de que a consciência não existe separada dos objetos, posto que é sempre consciência de alguma coisa (que lhe dá significado), e que o objeto deve ser compreendido pelo desvelamento de sucessivos perfis, de variadas perspectivas. E a despeito das críticas de constituir um retorno ao antigo idealismo abstrato, a fenomenologia vem trazendo com sua visão metodológica uma retomada da humanização da ciência, vem

estabelecendo uma nova relação entre sujeito e objeto, homem e mundo, considerados como inseparáveis.

Enfim, se a questão da Metodologia se apresenta assaz complexa, é pela natureza do problema, que, como se demonstrou acima é existencial (portanto filosófico por excelência). Raros são os autores que conseguem compreender realmente a Metodologia como uma disciplina ambígua, com uma vertente filosófica (abrangente) e outra científica (técnica). Essa posição dúbia, inerente ao objeto de estudo da Metodologia aparece bem evidente nas opções didáticas dos autores, ora concentrando-se inteiramente nas questões filosóficas relacionadas à apreensão do objeto de estudo pela consciência, ora concentrando-se inteiramente nas questões técnicas da obtenção de dados seguros e confiáveis em uma pesquisa científica.

A segmentação desses dois aspectos, que são imbricados pela natureza do objeto de estudo da metodologia, é extremamente danosa à compreensão de seus limites, tanto na vida quanto na pesquisa acadêmica, porquanto não é possível excluir a ideologia.

Por conta disso, ao contrário da Filosofia que atualmente é cada vez mais reconhecida como conteúdo essencial, do ensino fundamental à pós-graduação, a Metodologia é relegada a um plano puramente técnico, de onde é pinçada apenas na necessidade.

E por isso, o objetivo desse trabalho, relacionar tópicos de Filosofia, Teoria do Conhecimento e Metodologia (por isso, antes dita a *Lógica Material*), eleitos pelo autor como essenciais para a compreensão do papel que a busca do sentido apresenta no enfrentamento da ideologia na apreensão da realidade sob a égide da verdade científica.

E com essas definições (operacionais) de Filosofia e Metodologia, já assumidos aqui como correlacionados, principalmente nas questões sociais que fazem do nosso mundo o dito contemporâneo, começamos a fazer um pouco de filosofia, o que significa que já optamos por uma dada metodologia.

Da mesma forma ao estudante iniciante, para que possa alcançar pelo menos o manejo da terminologia utilizada no discurso filosófico, e quiçá compreender o quanto a compreensão do papel da metodologia e da ideologia na vida cotidiana pode significar para um estudante, não só em termos acadêmicos, mas principalmente quanto ao crescimento pessoal e a humanização.

E quem sabe, ao final, responder à questão: é possível separar inteiramente Metodologia e Filosofia? Há um espaço de utilidade para essa separação? Até onde é viável e

útil para a pesquisa social? Quais são os limites?

A Metodologia e a Pesquisa Social:

Uma questão inicial: o que entendemos por pesquisa social?

Como firmamos inicialmente, em Filosofia nenhuma definição é definitiva, senão meramente operacional. Assim, começaremos por declarar que entendemos por pesquisa social a construção de conhecimento que tem como objeto o sócio-histórico, um mundo dinâmico onde a consciência do passado se faz presente em cada conceito que se reconstrói e se re-significa em cada momento e em cada espaço social.

Por via de consequência, o pesquisador social é um sujeito-cognoscente que constrói conhecimento sobre um sujeito-objeto, que, por sua vez, é um objeto construído socialmente, culturalmente, historicamente. E essa identidade entre sujeito e objeto (sujeito) condena fatalmente a pesquisa social ao imbricamento com a ideologia.

Por essa via de raciocínio afirmaríamos sem receio que o problema do método aqui é mais que fundamental: é parte do objeto de estudo. E em nenhum campo de pesquisa se revela tão irrelevantes as clássicas divisões, como, por exemplo, em pesquisa pura e aplicada, ou básica e “pesada”, a medida que toda pesquisa social básica apresenta necessariamente consequências práticas diretas. E da mesma forma, não caberia a discussão da possibilidade de uma metodologia “neutra”, porquanto a ideologia já se apresenta reconhecida como componente do sócio-histórico.

Cabíveis, porém, classificações como pesquisa básica, pesquisa estratégica, pesquisa-ação, enquanto compreendidas como relacionadas apenas ao campo de análise, e não mais que isso.

E isso nos traz de volta ao problema prático do método: qual o método adequado à produção de conhecimento no campo do social histórico?

De fato, é uma situação difícil a de quem se depara com a necessidade de utilizar-se de um método para a obtenção de um conhecimento fundamentado na área social e, evidentemente, busca a metodologia na expectativa de encontrar uma *teoria do método*, como indica a denominação, mas, na verdade, o que encontra é uma profusão de teorias em conflito, geralmente separadas em dois grandes grupos: as linhas de pensamento metodológico que permitem ao pesquisador obter um saber muito grande e rigoroso sobre quase nada e as linhas que permitem a obtenção de um pequeno saber, quase nada rigoroso e com mínimas possibilidades de generalização, sobre os mais complexos e mais profundamente humanos

fenômenos que exigem explicação.

Qualquer que seja a forma que se apresente esse dilema, seja nos confrontos pesquisa qualitativa x quantitativa, pesquisa etnográfica x experimental, pesquisa ação x pesquisa compreensão, se ao iniciado parece claro que o paradigma utilizado determina toda a pesquisa, dos instrumentos de coleta de dados aos resultados, ao leigo e ao estudante de graduação essa discussão não pode deixar de se apresentar absurda, porquanto a ciência ou disciplina que ele está procurando chama-se *metodologia*.

E certamente estes não esperam encontrar numa teoria geral dos métodos uma situação tão conflituosa que, para decidir sobre a estrutura de seu projeto de estudos, sobre a necessidade ou não de uma hipótese, e de quais instrumentos de coleta de dados devem ser utilizados coerentemente com a sua perspectiva e com o objeto de seu estudo, precisariam primeiro tornar-se especialistas em *metodologia*, numa estranha sobreposição do objeto de estudo pelo problema metodológico.

E é exatamente essa a posição defendida neste trabalho, a necessidade de reconhecer, já de início, o necessário imbricamento que há entre objeto e método, entre o problema filosófico do conhecimento e o problema técnico da pesquisa, entre a teoria e a prática quando o homem é ao mesmo tempo sujeito e objeto na pesquisa, ou seja, a ambigüidade filosofia-técnica existente em um estudo denominado *metodologia*.

Eis porque a conclusão lógica dessa linha de raciocínio, é que a metodologia a ser utilizado na pesquisa social deve ser mais afim a Filosofia, como requer o objeto de estudo.

Nesse caso, privilegiadamente temos:

A Hermenêutica Dialética na Abordagem do Social

A metodologia hermenêutica-dialética é a linha metodológica que entende a metodologia como parte central na teorização, posto que intrínseca à visão de mundo veiculada na teoria, onde o método é o próprio processo de desenvolvimento das coisas, é o cerne do conteúdo enquanto faz a relação dialética entre pensamento e existência (MINAYO, 1993).

Nessa perspectiva, o objetivo é o desvelamento dos significados ocultos no cotidiano da *práxis* social, através da abordagem da realidade em seus aspectos mais propriamente humanos (o cultural-histórico), principalmente a fala, a linguagem, o imaginário social. Nela o pesquisador sai da postura de observador externo e parte para integrar o objeto, em intersubjetividade, como parte da sua história, reconhecendo que o processo

dialético de passagem do quantitativo para o qualitativo é da essência e da natureza dos fenômenos que compõem a vida social.

BIBLIOGRAFIA:

MINAYO, M. C. *O Desafio do Conhecimento*, São Paulo, HUCITEC-ABRASCO, 1993.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. S.Paulo: Hucitec, 1981.

FREITAS, M. T., JOBIM E SOUZA, S., KRAMER, S. (org.) *Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo, cortez, 2007.